

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560 – CVM nº 22497 | Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28.03.2025

**1. Data, Hora e Local:** Aos 28.03.2025, às 11h, de modo exclusivamente digital, sendo considerada como realizada na sede da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), nos termos da RCMV 81.

**2. Convocação, Publicações e Divulgações:** (i) Edital de Convocação publicado nas edições dos dias 27.02.2025, 28.02.2025 e 05.03.2025 do jornal "Valor Econômico", respectivamente as páginas C7, A10 e B5, com divulgação simultânea na página do mesmo jornal na internet; e (ii) o relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o parecer dos Auditores Independentes e dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance referentes ao exercício social findo em 31.12.2024, publicados no dia 27.02.2025, no jornal "Valor Econômico", à página A14, com divulgação simultânea na página do mesmo jornal na internet. Os documentos pertinentes aos assuntos constantes da ordem do dia, incluindo o Manual de Participação e Proposta da Administração, foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Companhia, da CVM e da B3, nos termos da RCMV 81 e demais regulamentações aplicáveis.

**3. Presença:** Presença de acionistas representando aproximadamente 48,30% do capital social total votante da Companhia à AGOE, em atendimento ao quórum legal mínimo de instalação, nos termos do artigo 125 da Lei nº 6.404, conforme (i) boletins de voto a distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, do agente escriturador das ações de emissão da Companhia e diretamente pela Companhia, nos termos da RCMV 81; e (ii) presenças de acionistas previamente cadastrados registradas por meio da plataforma eletrônica. Presentes, também, o Sr. Carlos Augusto Amado Junior, representante do auditor independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S., o Sr. Eder da Silva Grande, membro da administração da Companhia, a totalidade dos membros do Conselho Fiscal, Srs. Eduardo Rogatto Luque, Flavio Stamm e Eros Henriques Dalhe, e o Sr. Murilo Ramos Neto, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, nos termos do artigo 134, § 1º, e artigo 164, da Lei das S.A. e artigo 6º, (vi), do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.

**4. Mesa:** Presidente: Eduardo Oliveira, e Secretário: Carlo Sivieri de Assis Rocha.

**5. Ordem do Dia:** Em AGO: (i) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024, acompanhadas do relatório da administração, do parecer dos Auditores Independentes, e dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance; (ii) aprovar a destinação dos resultados do exercício social de 2024, incluindo a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas da Companhia; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração em 5 para o mandato em curso, sem a eleição de novos membros; (iv) aprovar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025; e (v) na hipótese de haver pedido de instalação do Conselho Fiscal, eleição dos respectivos membros e fixar sua remuneração; e, em AGE: (vi) aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia (2025).

**6. Deliberações:** Dispensada a leitura do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual ficou à disposição dos acionistas presentes, conforme disposto na RCMV 81, após exame e discussão acerca dos itens constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, conforme votos e abstenções detalhados no Anexo I: (i) Foram examinadas, discutidas e aprovadas, pela maioria dos votos proferidos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, as contas dos administradores, bem como as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório da administração, do parecer dos Auditores Independentes e dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024. (ii) Foi aprovado, pela maioria dos votos proferidos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, a proposta da administração de destinação do lucro líquido da Companhia, verificado no exercício social encerrado em 31.12.2024, após as deduções legais para Provisão de Imposto de Renda e Contribuições Sociais, correspondente ao montante de R\$ 6.578.923,37, a ser destinado da seguinte forma: (a) R\$ 328.946,17 para a constituição da reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; (b) R\$ 1.562.494,30 equivalente a 25% do lucro líquido do exercício após constituição da reserva legal, será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, nos termos do art. 202 da Lei das S.A.; (c) R\$ 4.687.482,90 serão destinados à Reserva de Investimentos conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. As ações da Companhia passarão a ser negociadas ex-direito ao dividendo ora declarado a partir do dia 30.06.2025, inclusive, e serão pagos até 31.12.2025. (iii) Foi aprovado, pela maioria dos votos proferidos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, que o Conselho de Administração da Companhia será composto por 5 membros efetivos para mandato até a AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2025, sem a eleição de novos membros; (iv) Foi aprovado, pela maioria dos votos proferidos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, a fixação do limite anual da remuneração global para os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia em até R\$ 48.739.291,00 para o período compreendido entre 01.01.2025 e 31.12.2025, incluindo remuneração fixa e variável. (v) Tendo em vista os pedidos formulados por acionistas nos termos do artigo 161 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 70/22, foi aprovada a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2025. (vi) Em razão da instalação do Conselho Fiscal, foi aprovada, pela maioria dos votos proferidos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, a eleição dos seguintes membros, para compor o Conselho Fiscal para mandato até a AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2025: (a) Eduardo Rogatto Luque, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 17.841.962-X, inscrito no CPF nº 142.773.658-84, como membro titular, e Paulo Roberto Gozzi, brasileiro, divorciado, advogado, portador do RG nº 19.502.045-5, CPF nº 246.395.148-67, como seu respectivo suplente; (b) Eros Henriques Dalhe, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 2.55.909-2, inscrito no CPF nº 261.986.497-68, como membro titular, e Jorge Sawaya Junior, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 2.901.767, inscrito no CPF nº 001.051.748-07, como seu respectivo suplente; e (c) Flavio Stamm, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 12.317.859, inscrito no CPF nº 048.241.708-00, como membro titular, e Gilberto Lerio, brasileiro, divorciado, contador, portador do RG nº 4.370.494-3, inscrito no CPF nº 269.714.378-53, como seu respectivo suplente, todos com escritório na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.106, 12º andar – parte, Bela Vista, CEP 01310-914. Os membros do Conselho Fiscal, tanto os titulares como os suplentes, tomarão posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, contendo as declarações de satisfação dos requisitos previstos nos artigos 147 e 162 e da Lei das S.A., para sua investidura como membros do Conselho Fiscal da Companhia, os quais serão lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal da Companhia. (vii) Ainda em razão da instalação do Conselho Fiscal, foi aprovada, pela maioria dos votos proferidos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, que a remuneração dos membros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2025 corresponda a 10% da remuneração que, em média, for atribuída, mensalmente, a cada membro da Diretoria, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, sendo certo que os membros suplentes somente serão remunerados nos casos em que exercerem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. (viii) Foi aprovado, pela maioria dos votos proferidos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia (2025). (ix) Fica registrado, para fins do § 3º do artigo 289 da Lei das S.A., que, a partir desta data, as publicações da Companhia passarão a ser realizadas no jornal "Data Mercantil".

**7. Mapa de Votação:** A Companhia informa que os números e percentuais de votos favoráveis, contrários e as abstenções para as matérias objeto da ordem do dia ora deliberadas constam do Mapa de Votação anexo à presente ata como seu Anexo I. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, como nenhum dos presentes quis fazer o uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, sendo aprovada a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme disposto nos § 1º e § 2º do artigo 130 da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada pelo Presidente e pelo Secretário, conforme artigo 47, § 1º e § 2º da RCMV 81.

**9. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Eduardo Oliveira; Secretário – Carlo Sivieri de Assis Rocha. JUCESP nº 164.213/25-9 em 12/05/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral.

Opper Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29 – NIRE 35.300.360.621

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025

**Data, Hora e Local:** Ao 30º (trigésimo) dia do mês de abril de 2025, às 10 horas, no endereço da sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4.939, 14º andar, conjuntos 143 e 144, Escritórios Europa, Torre B, Jardim Paulista, CEP 01407-200.

**Mesa:** Presidente: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; Secretário: Edmar Briguelli.

**Publicações:** Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicadas digitalmente no jornal Empresa Jornalística Data Mercantil Ltda., em sua edição de 29 de abril de 2025, nas páginas 08 e 09, respectivamente, nos termos do art. 133, § 3º da Lei nº 6.404/76.

**Presença e Convocação:** Acionistas representando a totalidade do capital social, ficando, portanto, dispensadas as formalidades de convocação e estando regularmente instalada a assembleia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas.

**Ordem do Dia:** Deliberar acerca: (a) das contas dos administradores, do exame, da discussão e da votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (b) da destinação do saldo do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (c) aprovar a declaração de dividendos aos acionistas.

**Deliberações:** Após discutirem as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, representando a totalidade do capital social, por unanimidade e sem reservas, deliberaram acerca das matérias a seguir descritas, tendo decidido: **1.** Aprovar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário; **2.** Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as quais acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, foram publicadas digitalmente no jornal Empresa Jornalística Data Mercantil Ltda., em sua edição de 29 de abril de 2025, nas páginas 08 e 09, respectivamente, nos termos do art. 133, § 3º da Lei nº 6.404/76. **3.** Aprovar a destinação integral do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor total de R\$ 125.966.300,58 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e oito centavos), sendo: (a) R\$ 6.298.315,03 (seis milhões, duzentos e noventa e oito mil, trezentos e quinze reais e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, atribuídos à conta de Reserva Legal; (b) R\$ 29.916.996,39 (vinte e nove milhões, novecentos e dezesseis mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e nove centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, após a dedução da parcela correspondente à reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, devendo o pagamento ser feito na forma e de acordo com a disponibilidade financeira da Companhia; e (c) R\$ 89.750.989,16 (oitenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil, novecentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos) à conta de "Reserva de Lucros – Retenção de Lucros". **4.** Ademais dos dividendos mínimo obrigatórios, aprovar a declaração de dividendos aos acionistas, na proporção de suas participações no capital social da Companhia, no montante total de R\$ 40.083.003,61 (quarenta milhões, oitenta e três mil e três reais e sessenta e um centavos) à conta de reserva de lucros, devendo o pagamento ser feito de acordo com a disponibilidade financeira da Companhia; **5.** Autorizar os Diretores da Companhia a tomar todas as providências necessárias ao cumprimento e formalização das deliberações aqui aprovadas.

**Lavratura, Leitura e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna, Presidente da Mesa, acionista e Diretora Presidente; Edmar Briguelli, Secretário da Mesa; Timo Desenvolvimento Imobiliário Ltda., acionista, representada pela Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.

**Ana Maria Marcondes Penido Sant'anna** – Presidente da Mesa, Acionista e Diretora Presidente; **Edmar Briguelli** – Secretário da Mesa; **Timo Desenvolvimento Imobiliário Ltda.** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna – Acionista. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 169.982/25-7 em 20/05/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Moinho Água Branca S.A.

CNPJ/MF nº 61.157.723/0001-93 – NIRE 35.300.041.330

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária

**Data, Hora e Local:** 14/04/2025, 11hs, na sede social.

**Presente:** acionista com mais de 2/3 do capital.

**Mesa:** José Hlavnicka, Presidente; Ivan Soldan Salema, Secretário.

**Convocação:** publicada digital/fisicamente no jornal Data Mercantil do Est. de SP 19, 20 e 21/03/2025.

**Deliberações:** aprovadas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2024 publicadas digital/fisicamente no jornal Data Mercantil do Est. de SP de 10/03/2025 e deliberado que o lucro verificado será destinado à compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores; reeleitos diretores da Companhia Dr. José Hlavnicka e Sr Ivan Soldan Salema, e fixada sua remuneração.

**Acionista presente:** Litex Trading Sociedad Anônima. A íntegra desta Ata foi lavrada no livro próprio e arquivada na JUCESP sob nº 163.824/25-3 em sessão de 12/05/2025 e publicado seu extrato conforme permite o § 3º do art. 130 da Lei 6404/76.

Publique no  
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](https://www.datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

DATA  
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira  
ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](https://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AG-08 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho de suas operações para o exercício findo na mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes.

... continuação

AG-08 Participações S.A.

tes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. A determinação dos Principais Assuntos de Auditoria compreendeu a análise das áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante e riscos significativos, julgamentos significativos de nossa parte sobre áreas que envolveram estimativas por parte da administração e os efeitos sobre a auditoria de fatos e transações significativos ocorridos durante o período. Como resultado de nossos trabalhos, determinamos como principais assuntos a serem tratados no presente trabalho: **Investimentos:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, a Companhia possui investimentos no montante de R\$ 199.911 mil, que representa 98,63% do ativo. Em razão da relevância dos valores e os controles internos necessários para o registro e controle dos investimentos, consideramos essa área como principal assunto de auditoria. **Como Conduzimos o PAA em nossa Auditoria:** Realizamos testes de movimentação, registro e valorização das ações de companhias fechadas e do registro da respectiva receita de equivalência patrimonial, bem como, efetuamos testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados e revisamos as premissas para o

reconhecimento do investimento na companhia investida. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. **Resultado dos Procedimentos de Auditoria executados:** Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as ações de companhias fechadas e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas são apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O responsável pela governança da Companhia é a sua administração, com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segu-

rança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da administração. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração da Companhia. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Companhia, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau-SC, 27 de maio de 2025.

**Next Auditores Independentes S.S. CRC - SC 8.765/0-4**  
**Ricardo Artur Spezia**  
Sócio Contador – SC - 028.595/0-2

Publique no  
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.  
[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

DATA  
MERCANTIL

São Paulo